

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às 14h00min, foi realizada
2 à Rua São Bento nº 405, Edifício Martinelli, 15º Andar, Sala 154 - Auditório, a 47ª
3 Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU, com
4 transmissão ao vivo via YouTube, conforme a Portaria nº 17 complementada pela
5 Portaria nº 19/2020/SMDU.G; **Pauta da reunião: 1.** Comunicações Gerais; **2.**
6 Formalização dos designados a integrar o Conselho Gestor da AIU Setor Central, nos
7 termos do inciso II do art. 84 da Lei nº 17.844/2022; **3.** Informes sobre projetos em
8 andamento. **01)** A Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari, iniciou a reunião às
9 14h26min, cumprimentou os presentes e confirmou que estava sendo ouvida,
10 recebendo cumprimentos pelo retorno às atividades como titular, em sequência
11 informou que havia retornado na segunda-feira e que estava ocupando outra cadeira,
12 ocasião em que recebeu felicitações dos presentes, com a palavra a Sra. Talita
13 cumprimentou a Suplente, Maria Laura Fogaça Zei, ASSAMPALBA, comentou sobre o
14 período de afastamento e desejou saúde, agradecendo as manifestações, em sequência
15 informou que poderiam dar início aos trabalhos e passou a palavra ao Presidente
16 Suplente, José Armênio de Brito Cruz, que esclareceu tratar-se de reunião
17 extraordinária, identificada como 47ª Reunião Extraordinária do CMPU, convocada com
18 a finalidade de aprofundar o ponto de pauta referente à indicação de dois
19 representantes previstos na legislação da IU, relativos ao setor central, matéria que não
20 havia sido esgotada anteriormente, em seguida declarou a reunião aberta, informou
21 sobre compromissos concomitantes na agenda e comunicou que se ausentaria,
22 deixando a condução dos trabalhos sob responsabilidade da Presidente Suplente, Maria
23 José Gullo, cumprimentando a todos, com a palavra o Sr. com a palavra o Sr. Eduardo
24 Della Manna, Suplente, FECOMÉRCIO/SP, cumprimentou os presentes, colocou-se à
25 disposição para esclarecimentos, agradeceu a presença de todos, bem como à Sra. Talita
26 e à Sra. Maria José pela condução da reunião, desejando boa tarde, em seguida houve
27 cumprimento ao Sr. José Armênio, em sequência um dos participantes comentou, em
28 tom informal, sobre a breve presença do Presidente, sendo esclarecido que a natureza
29 extraordinária da reunião justificava a dinâmica adotada, em seguida foram dadas boas-
30 vindas ao Sr. Benedito Roberto Barbosa, UMM,, ressaltando a importância de sua
31 participação e do segmento que representa no CMPU; em seguida o Sr. José Armênio
32 informou que ele, a Sra. Talita e a Sra. Maria José, bem como a Secretaria, permaneciam à
33 disposição para o que fosse necessário, solicitou que fosse dado início aos trabalhos, pediu
34 desculpas pela necessidade de se ausentar, esclarecendo que a reunião seria breve por tratar
35 de ponto simples, relativo a designação sem maior discussão, em sequência despediu-se
36 agradecendo a todos e manifestou satisfação em rever o Sr. Benedito, com a palavra a Sra.
37 Talita informou que a Sra. Renata Esteves estava com dificuldades para ingressar na reunião,

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

38 mencionando que aparecia conectada, porém com problemas de áudio, relatou que pretendia
39 passar a palavra à referida conselheira, mas que houve queda da apresentação, indagando se a
40 Sra. Renata conseguia ouvir, em seguida foi informado que a conselheira constava na reunião,
41 mas registrou no chat dificuldade para ouvir em razão do volume baixo, sendo confirmado por
42 outros participantes que o som estava baixo, em sequência foram feitas orientações para
43 tentativa de acesso por telefone, inclusive com fornecimento de número de contato,
44 relatando-se tentativas sem sucesso de ligação, solicitando ao Sr. FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO
45 DE MAGALHÃES apoio para contato, em seguida a Sra. Talita retomou os ritos iniciais,
46 informando que a reunião estava sendo gravada e transmitida ao vivo pelo canal do YouTube,
47 com registros realizados por voz ou chat, em sequência apresentou a pauta do dia, composta
48 pelas comunicações gerais, formalização dos designados para integrar o conselho gestor do
49 setor central, nos termos do inciso II do artigo 84 da Lei nº 17.844 de 2022, e informes sobre
50 projetos em andamento, por fim, com a palavra, informou que o material encaminhado
51 previamente incluía a íntegra do processo SEI nº 6068.2023/0005038-7, relativo a solicitação
52 apresentada por conselheira em reunião anterior. em sequência a Sra. Talita informou que o
53 questionamento havia sido posteriormente complementado e formalizado por e-mail, motivo
54 pelo qual foi realizada a abertura do processo SEI, estando a resposta formal da área em fase
55 de encaminhamento aos conselheiros, inclusive à conselheira autora da solicitação, com a
56 palavra o Sr. Benedito Roberto Barbosa, UMM, indagou acerca de sua ausência e de outras
57 lideranças do movimento na reunião de posse, em razão de participação em congresso
58 nacional, questionando se as vagas em instâncias como o FUNDURB e outros colegiados já
59 haviam sido integralmente preenchidas ou se ainda havia possibilidade de participação do
60 movimento, em réplica a Sra. Talita esclareceu que foi encaminhado e-mail a todos os
61 conselheiros com as instruções e que as inscrições permaneciam abertas até o dia 30 de
62 novembro, ressaltando que ainda não estavam encerradas as inscrições para os demais
63 conselhos não tratados na pauta do dia, informando que o e-mail continha orientações
64 detalhadas sobre quem poderia se inscrever, em seguida o Sr. Benedito solicitou o reenvio das
65 mensagens eletrônicas em razão de seu período afastado, agradecendo a atenção, ao que a
66 Sra. Talita informou que faria o registro da solicitação, em sequência a Sra. Talita informou que
67 passaria a palavra à Sra. Patrícia Saran, esclarecendo que esta havia se ausentado, motivo pelo
68 qual foi passada a palavra ao Sr. Ricardo Nagliati Topan, que cumprimentou os presentes e
69 apresentou informe acerca da consulta realizada, com base no debate da reunião anterior,
70 referente à definição da data da formação do CMPU prevista no edital do processo eleitoral,
71 relatando que foram coletadas vinte e duas respostas, sendo consideradas apenas as da
72 sociedade civil, cujo resultado apontou a quinta-feira, dia 23, como data preferencial, com
73 quarenta e sete por cento das manifestações, seguida pela quarta-feira e sábado, motivo pelo
74 qual foi mantida a data de 23 de novembro, a partir das treze horas, no Edifício Martinelli, com
75 previsão de encerramento às dezenove horas, solicitando que as inscrições fossem realizadas
76 até o dia 20 de novembro, em sequência informou que foram realizadas alterações na
77 estrutura e no título da atividade, que passou a se denominar “integração, diálogos sobre o
78 CMPU”, a fim de atender às demandas apresentadas, convidando todos à participação e
79 colocando-se à disposição para esclarecimentos, em seguida a Sra. Talita agradeceu e

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

80 identificou manifestação do Sr. José André de Araújo, UMPMA, que cumprimentou os
81 presentes, deu boas-vindas à Sra. Talita pelo retorno e formulou solicitação para que as
82 informações sobre datas, horários e materiais fossem encaminhadas por e-mail, sugerindo
83 ainda a disponibilização prévia de cartilha explicativa em formato digital, bem como a
84 divulgação antecipada do calendário, além de propor a inclusão de pautas para as próximas
85 reuniões, citando a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e a Operação Urbana Bairros
86 do Tamandateí, ressaltando a importância do debate para o controle social e a gestão
87 democrática, em sequência a Sra. Talita agradeceu e passou a palavra ao Sr. Ricardo, que
88 informou que o material de apoio estava em elaboração e que, se possível, seria
89 disponibilizado antes da atividade, em réplica a Sra. Talita confirmou a data já definida,
90 informou que os convites e o link de inscrição seriam reenviados a todos os conselheiros,
91 reforçando o prazo de inscrição até o dia 20 e a realização da integração no dia 23,
92 esclarecendo ainda que as sugestões de pauta apresentadas foram registradas e poderiam
93 também ser encaminhadas por e-mail para avaliação, em sequência foi registrada
94 manifestação da Sra. Verônica Kroll, UAMZS, solicitando o reenvio do link de inscrição por não
95 tê-lo recebido, ao que a Sra. Talita informou que o reencaminhamento seria feito a todos, por
96 fim, com a palavra a Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta, SAPP, informou que a Sra. Renata
97 permanecia tentando ingressar na reunião em sequência a Sra. Talita esclareceu que a Sra.
98 Renata havia feito contato por telefone e que a equipe estava prestando o apoio necessário,
99 dando continuidade à pauta, informou o ingresso no item dois, referente à formalização dos
100 designados para integrar o conselho gestor da área de intervenção urbana do setor central,
101 nos termos do inciso II do artigo 84 da Lei nº 17.844 de 2022, comunicando que faria uma
102 apresentação prévia antes de conceder a palavra aos inscritos, com a palavra o Sr. Francisco
103 João Moreirão de Magalhães suscitou questão de ordem, argumentando que a legislação não
104 exige que os indicados sejam necessariamente membros do CMPU, defendendo a realização
105 de chamamento público e eventual eleição entre interessados dos setores comercial e
106 industrial, evitando mera ratificação de nomes, manifestação acompanhada pela Sra. Lucila
107 Falcão Pessoa Lacreta, que reforçou a necessidade de apreciação da questão de ordem antes
108 da continuidade da pauta e apresentou histórico crítico sobre intervenções anteriores na área
109 central, defendendo a abertura do conselho gestor a atores efetivamente atuantes no
110 território, propondo a publicação de edital específico, em seguida a Sra. Talita agradeceu e
111 registrou novas manifestações, passando a palavra à Sra. Renata Esteves de Almeida Andretto,
112 que relatou dificuldades técnicas de acesso e informou que a convocação da reunião
113 extraordinária decorreu de sugestão sua, em razão da existência de ações judiciais envolvendo
114 o PIU Central, esclarecendo que o referido PIU encontra-se sub judice em ações civis públicas
115 ajuizadas pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, com decisões desfavoráveis ao
116 Município mantidas até o momento nas instâncias superiores, inclusive quanto à exigência de
117 estudos prévios de impacto ambiental, sustentando, assim, a inadequação da designação de
118 membros para o conselho gestor enquanto pendente decisão definitiva, requerendo a retirada
119 do item da pauta, em sequência a Sra. Beatriz Messeder Sanches Jalbut, manifestou-se no
120 sentido de que a legislação é clara quanto à necessidade de constituição do grupo gestor,
121 destacando a urgência da medida para evitar paralisação de processos, defendendo a

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

122 continuidade da pauta com respaldo jurídico, com a palavra o Sr. Benedito Roberto Barbosa
123 ponderou que, diante das informações trazidas, solicitava esclarecimentos sobre o estágio das
124 ações judiciais e eventual impedimento legal, questionando ainda a diferenciação de
125 procedimento em relação a outras instâncias do CMPU que passaram por chamamento,
126 demonstrando preocupação em deliberar sem segurança jurídica, em seguida a Sra. Talita
127 iniciou esclarecimentos, destacando que a lei prevê duas cadeiras do CMPU para o setor
128 empresarial, uma do comércio e uma da indústria, diferenciando tal previsão das regras
129 aplicáveis a outros conselhos como CTLU e CPPU, passando a palavra à Presidente Suplente,
130 Sra. Maria José Gullo, que cumprimentou os presentes, reconheceu as ponderações
131 apresentadas, mas afirmou que, enquanto Poder Público, cabe cumprir o que determina a
132 legislação vigente, ressaltando que a Lei nº 17.844 de 2022 é clara ao estabelecer a
133 composição do conselho gestor com dois representantes do setor empresarial ligados ao
134 CMPU, independentemente das discussões judiciais em curso, propondo a continuidade do
135 item dois, em sequência a Sra. Talita informou que realizaria a apresentação para
136 esclarecimento geral, retomando que o conselho gestor da AI do setor central tem como
137 objetivo acompanhar e monitorar a implantação do PIU, sendo regulamentado pela Lei nº
138 17.844 de 2022 e pelo Decreto nº 62.246 de 2023, com composição paritária de vinte e dois
139 membros, detalhando as cadeiras do poder público e da sociedade civil, inclusive as duas vagas
140 do CMPU destinadas ao setor empresarial, uma da indústria e uma do comércio, esclarecendo
141 ainda a diversidade das demais representações previstas em lei, apresentou a composição
142 atual do setor empresarial no CMPU, mencionando o Sinduscon, a Associação Comercial de
143 São Paulo e a Fecomércio/SP, reforçando que não se trata de indicação arbitrária, mas de
144 cumprimento de solicitação formal para composição do conselho gestor, nos moldes já
145 adotados para outros colegiados, encerrando a exposição e informando que reabriria a palavra
146 aos conselheiros inscritos. em seguida a Presidente Suplente, Sra. Maria José Gullo, solicitou
147 breve interrupção, agradeceu a apresentação realizada e reforçou que, à época da tramitação
148 da lei, o conteúdo já havia sido explicitado e amplamente discutido, ponderando que
149 questionamentos judiciais ou administrativos são naturais no curso da execução das leis e
150 decretos, reiterando seu entendimento de que o texto legal é claro quanto à composição
151 prevista, agradecendo os esclarecimentos apresentados, em sequência o Sr. José André
152 suscitou questão de ordem, solicitando a separação das inscrições e das questões de ordem
153 por entender que estas possuem prevalência por tratarem da validade do item em discussão,
154 sendo esclarecido pela Sra. Talita que a Presidente já havia encaminhado pela continuidade do
155 item dois da pauta, seguindo-se debates entre os conselheiros sobre a não apreciação da
156 questão de ordem, inclusive quanto ao controle do tempo de fala, em seguida a Sra. Lucila
157 Falcão Pessoa Lacreta reiterou argumentos relativos à judicialização dos PIUs, afirmando que
158 eventuais deliberações poderiam ser nulas, defendendo que a Presidência deveria apresentar
159 o estado atual das ações judiciais e questionando a legitimidade dos nomes apresentados, com
160 a palavra a Presidente Suplente, Sra. Maria José Gullo, manifestou-se de forma enfática no
161 sentido de que não há decisão judicial definitiva que impeça o andamento administrativo,
162 destacando que o PIU Central substituiu a Operação Urbana Consorciada do Centro e que a
163 Administração Pública deve dar continuidade às ações necessárias, ressaltando que se trata do

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

164 cumprimento de lei vigente, inexistindo ação de inconstitucionalidade, e que as discordâncias
165 deveriam ter sido manifestadas à época da tramitação legislativa, em sequência a Sra. Lucila
166 apresentou proposta alternativa de nomes oriundos de entidades comerciais da região central,
167 defendendo que a lei não exige que os representantes sejam membros do CMPU, ao que a
168 Presidente reiterou que a exigência decorre da lei e não do decreto, seguindo-se debate
169 interpretativo sobre a expressão “ligados ao CMPU”, com a palavra a Sra. Talita procedeu à
170 leitura do artigo 84 da Lei nº 17.844 de 2022, esclarecendo a distinção entre casos em que a
171 legislação permite indicações externas ao CMPU e o caso específico do conselho gestor da AI
172 do setor central, em que a lei prevê expressamente dois representantes do setor empresarial
173 ligados ao CMPU, sendo um da indústria e um do comércio, em sequência, diante das
174 interrupções, a Sra. Talita informou que manteria o texto legal em tela e passaria a controlar o
175 tempo das manifestações, concedendo a palavra ao Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães,
176 que sustentou interpretação diversa da lei, diferenciando os termos “ligado” e
177 “representante”, defendendo que a indicação poderia recair sobre pessoas externas ao CMPU
178 desde que indicadas pelo conselho, criticando o que entendeu como imposição de nomes, em
179 seguida fez uso da palavra o Sr. José André de Araújo, que reforçou tratar-se de questão de
180 ordem, apresentou interpretação sistemática do artigo 84, comparando os incisos e alíneas,
181 defendeu que a finalidade do legislador foi garantir ampla participação da sociedade civil,
182 solicitando formalmente a retirada do item da pauta e o encaminhamento da matéria à
183 assessoria jurídica ou à Procuradoria Geral do Município para emissão de parecer, bem como a
184 possibilidade de posterior apresentação das propostas pelos candidatos, encerrando sua
185 manifestação ressaltando os princípios da legalidade, participação popular, controle social e
186 interesse público. A Presidência Suplente, Sra. Maria José Gullo, manifestou-se no sentido de
187 que, diante das diversas manifestações registradas tanto verbalmente quanto pelo chat, e
188 considerando a existência de divergências de entendimento entre os conselheiros, propôs a
189 suspensão da deliberação do item em discussão, com a elaboração de parecer jurídico a ser
190 preparado em conjunto com a assessoria jurídica, para posterior apresentação em reunião
191 futura do CMPU. Em seguida, a Sra. Talita ponderou que não seria necessária a suspensão da
192 reunião, mas apenas a retirada do item da pauta, destacando que ainda havia outro item a ser
193 tratado, e esclareceu que a ausência de manifestação jurídica formal justificava o
194 encaminhamento proposto, inclusive diante da ausência do representante da Procuradoria
195 convidado para a reunião. Assim, deliberou-se pela retirada do item dois da pauta, com o
196 compromisso de elaboração de parecer jurídico, dando-se prosseguimento ao item três. Antes
197 da continuidade, o Sr. Benedito solicitou esclarecimentos quanto ao procedimento de
198 indicação dos demais representantes da sociedade civil previstos na composição do conselho
199 gestor, questionando se as indicações seriam tratadas no âmbito do CMPU ou nos respectivos
200 conselhos de origem, bem como sobre a expedição dos ofícios correspondentes. A Sra. Talita
201 esclareceu que foi instaurado processo administrativo e que os conselhos envolvidos já foram
202 oficialmente comunicados para realizarem suas indicações conforme seus regimentos e
203 previsões legais, cabendo a cada instância deliberar internamente, informando ainda que a
204 inclusão do tema na pauta do CMPU decorreu de solicitação formal recebida pela Secretaria, e
205 não de iniciativa autônoma do colegiado. O Sr. Benedito informou que já estava comunicando

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

206 os conselheiros do Conselho Municipal de Habitação para que acompanhassem o tema. Na
207 sequência, deu-se início ao item três da pauta, referente a informes sobre projetos em
208 andamento, sendo anunciadas as apresentações do projeto piloto “Bairro Conectado –
209 Terminal Sapopemba” e do projeto “Ruas Abertas Liberdade”. Após ajustes operacionais
210 quanto à ordem das apresentações, foi concedida a palavra ao Sr. Fernando Henrique
211 Gasperini, arquiteto urbanista da Coordenadoria de Planejamento Urbano – PLANURB/SMUL,
212 que realizou a apresentação do projeto “Bairro Conectado – Terminal Sapopemba”. O Sr.
213 Fernando esclareceu que o projeto decorre de convite formulado pela rede internacional C40
214 Cities à Prefeitura de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Relações
215 Internacionais, cabendo à SMUL, no âmbito de suas competências, a coordenação técnica da
216 iniciativa. Apresentou a rede C40 como organização internacional de cooperação entre
217 grandes cidades, voltada principalmente a ações relacionadas às mudanças climáticas, cidades
218 saudáveis e resiliência urbana, informando que o programa “Bairros Verdes e Saudáveis” conta
219 com a participação de 23 cidades em projetos-piloto. Explicou que o projeto se fundamenta
220 nos conceitos de “cidade de 15 minutos”, bairros completos e resiliência urbana, buscando
221 fortalecer centralidades locais por meio da qualificação dos espaços públicos, incentivo à
222 mobilidade ativa, ampliação da oferta de equipamentos e serviços urbanos e mitigação de
223 ilhas de calor. Detalhou que a metodologia envolve diagnóstico territorial, levantamento e
224 mapeamento de dados, participação social da comunidade local, identificação de desafios e
225 agentes sociais, além da articulação Inter setorial no âmbito da administração pública, com
226 apoio técnico e troca de experiências promovidas pela rede C40. Informou que o prazo
227 previsto para a conclusão do projeto é agosto de 2024. Quanto à escolha da área de atuação
228 em Sapopemba, destacou a convergência entre os objetivos do Plano Diretor Estratégico, dos
229 Planos Regionais das Subprefeituras e das diretrizes da rede C40, bem como a relevância da
230 vulnerabilidade social do território, a presença de ilhas de calor, a existência de infraestrutura
231 de transporte público de média e alta capacidade e a ocorrência de centralidades locais de
232 comércio e serviços. Apresentou os perímetros de ação previstos no Plano Regional da
233 Subprefeitura de Sapopemba, com destaque para o entorno do Terminal Sapopemba, o
234 Conjunto Habitacional Teotônio Vilela e o Parque Linear Zilda Arns, ressaltando as diretrizes de
235 qualificação de espaços públicos, mobilidade, acessibilidade, equipamentos sociais e
236 recuperação ambiental. Por fim, esclareceu que o projeto encontra-se em fase inicial de
237 diagnóstico técnico e planejamento do processo participativo, cujos formatos e cronogramas
238 ainda serão definidos e amplamente divulgados nos canais institucionais da SMUL e no
239 território, visando à participação da comunidade local. Encerrada a apresentação, o expositor
240 colocou-se à disposição para esclarecimentos adicionais, sendo a Presidência agradecida pela
241 exposição. Dando sequência às inscrições, foi concedida a palavra à Sra. Maria Laura Fogaça
242 Zei, suplente da conselheira Renata Esteves, representante da ASSAMPALBA, que se
243 apresentou como arquiteta e urbanista e manifestou estranheza quanto ao propósito da
244 apresentação do projeto, questionando se o objetivo seria a validação da iniciativa pelo
245 colegiado. Ressaltou que, naquele estágio, não havia elementos suficientes para análise ou
246 manifestação do conselho, como diagnóstico consolidado, estudos preliminares, orçamento,

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

247 cronograma físico-financeiro ou informações sobre eventual licitação, solicitando
248 esclarecimentos quanto à razão da apresentação naquele momento.

249

250 Em seguida, o Sr. Benedito questionou os critérios adotados para a escolha dos perímetros de
251 atuação do projeto, relatando experiência recente em trabalho de extensão universitária na
252 região conhecida como “Buraco do Tatu”, na Fazenda da Juta, área de extrema vulnerabilidade
253 social e risco, próxima à Avenida Sapopemba. Destacou dificuldades enfrentadas junto à
254 Subprefeitura de Sapopemba para atendimento das demandas locais e indagou se o projeto
255 poderia contemplar ou dialogar com aquela realidade, bem como em que instâncias se deu o
256 debate sobre a definição dos perímetros e como se daria a participação da sociedade civil,
257 observando que os movimentos locais, segundo seu conhecimento, não haviam sido
258 informados previamente sobre a iniciativa. Na sequência, a Sra. Elodia Fátima Filippini
259 manifestou-se a respeito do Parque Linear Zilda Arns, esclarecendo que o parque já foi
260 implantado há vários anos, carecendo atualmente, sobretudo, de ações de zeladoria e
261 manutenção. Relatou episódios ocorridos no trecho da Avenida Vila Ema, na altura do número
262 5.600, onde havia uso irregular do espaço como estacionamento, situação posteriormente
263 resolvida com a instalação de barreiras físicas. Apontou o potencial da área para incremento
264 de arborização, mencionando tentativas anteriores de plantio que não tiveram êxito, e
265 ressaltou a necessidade de reforço da segurança e ampliação do plantio de árvores,
266 considerando a extensão e a relevância ambiental do parque. A Sra. Sandra Ramalho,
267 representante da MITRA, apresentou-se como pessoa com deficiência e usuária de cadeira de
268 rodas, relatando dificuldades de acessibilidade enfrentadas no entorno do Terminal
269 Sapopemba, especialmente quanto às condições das calçadas e travessias viárias. Questionou
270 de forma objetiva quais intervenções de acessibilidade e mobilidade, estavam sendo
271 consideradas no âmbito do projeto, sugerindo a adoção de lombos faixas como alternativa para
272 qualificação das travessias e redução da velocidade dos veículos. Também indagou se o
273 Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência havia sido formalmente convocado para a
274 reunião. A Secretaria Executiva esclareceu que o referido conselho ainda não havia sido
275 formalmente nomeado, razão pela qual não recebeu as convocações, informando que isso
276 ocorreria tão logo fosse concluído o processo de nomeação. Na sequência, a Sra. Lucila
277 manifestou apoio conceitual à iniciativa, parabenizando a equipe técnica pela proposta de
278 atuação em escala local, associada aos conceitos de bairros completos, cidade de 15 minutos e
279 planos de bairro. Ressaltou a importância da descentralização administrativa e da atuação
280 territorial como estratégia fundamental para a gestão urbana de São Paulo, manifestando
281 expectativa de êxito do projeto. Em resposta às manifestações, o Sr. Fernando Henrique
282 Gasperini esclareceu que a apresentação teve como objetivo principal dar conhecimento ao
283 colegiado sobre a iniciativa e a oportunidade de atuação em escala local, destacando o caráter
284 ainda inicial do projeto e seu valor como experiência de aprendizado e troca com outras
285 cidades participantes da rede C40. Reforçou que o CMPU, enquanto fórum central de
286 discussão da política urbana, deveria ser informado desde as etapas iniciais, inclusive para

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

287 possibilitar futura participação no processo participativo. Quanto aos critérios de escolha do
288 perímetro, explicou que a definição partiu das diretrizes do programa “Bairros Verdes e
289 Saudáveis”, cujo foco está na mobilidade ativa, qualificação de espaços públicos e questões
290 ambientais e climáticas, utilizando como base os perímetros de ação já definidos nos Planos
291 Regionais desde 2016. Esclareceu que o perímetro apresentado é orientativo, não definitivo,
292 podendo ser ajustado a partir do diálogo com a população local, inclusive abrangendo áreas
293 adjacentes, como trechos da Fazenda da Juta. Sobre o Parque Zilda Arns, reconheceu sua
294 existência consolidada, mas apontou sua implantação descontínua, com trechos em diferentes
295 níveis de qualificação, destacando os desafios relacionados à topografia e à acessibilidade. Em
296 relação às demandas de acessibilidade levantadas, afirmou que o projeto buscará identificar,
297 em conjunto com a população, os principais obstáculos à caminhabilidade, às travessias e ao
298 acesso aos equipamentos públicos, tendo como foco inicial o entorno do Terminal Sapopemba
299 e da Avenida Sapopemba, sem a pretensão de configurar um plano de bairro formal, mas sim
300 um projeto específico voltado à qualificação urbana e ambiental. Na sequência, o Sr. José
301 Moreirão solicitou esclarecimentos quanto à existência de recursos financeiros destinados ao
302 projeto. O Sr. Fernando esclareceu que, naquele momento, não havia previsão específica de
303 recursos, informando que a rede C40, em alguns casos, viabiliza financiamentos, mas que
304 ainda não estava definido se o projeto de São Paulo seria contemplado. Acrescentou que as
305 futuras intervenções poderão ser elegíveis a recursos do FUNDURB ou a dotações
306 orçamentárias setoriais, considerando a compatibilidade com ações já desenvolvidas por
307 outras secretarias municipais. Retomando a palavra, o Sr. José Moreirão elogiou a iniciativa de
308 atuação em escala local, mas manifestou preocupação quanto à ausência de estudos técnicos,
309 diagnósticos consolidados, definição clara de área, critérios de escolha e informações
310 financeiras. Ressaltou que apresentações iniciais ao CMPU já foram utilizadas, em experiências
311 anteriores, como se representassem aprovação tácita do colegiado, o que considerou
312 inadequado. Defendeu que futuras apresentações ao conselho sejam acompanhadas de maior
313 robustez técnica e informacional, de modo a permitir debate qualificado e manifestação
314 efetiva do colegiado. A Sra. Daniela Ferraz sugeriu que o diagnóstico do projeto incluía, de
315 forma sistemática, indicadores ambientais, como densidade urbana, arborização,
316 permeabilidade do solo e temperatura média, de modo a subsidiar políticas urbanísticas
317 futuras. Exemplificou com situações relacionadas à compensação ambiental em
318 empreendimentos habitacionais, defendendo que dados territoriais possam orientar soluções
319 mais eficazes, como o enriquecimento arbóreo de parques existentes, em especial o Parque
320 Zilda Arns. O Sr. Anderson Kazuo Nakano, representante do IAB-SP, ressaltou a importância de
321 situar a discussão de projetos específicos dentro de um plano de trabalho mais amplo do
322 CMPU, especialmente considerando o início de um novo mandato. Reiterou a necessidade de
323 construção de uma estratégia de atuação do conselho, em especial diante do processo em
324 curso de revisão da legislação de zoneamento na Câmara Municipal, defendendo maior
325 articulação entre o Executivo e o conselho para acompanhamento e incidência qualificada
326 nesse processo. Por fim, a Sra. Verônica manifestou preocupação com a ausência histórica de
327 investimentos e políticas públicas efetivas em comunidades vulneráveis localizadas no entorno
328 da Avenida Sapopemba e em áreas mais periféricas da região, relatando carências em

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

329 infraestrutura, transporte, saúde e serviços públicos. Destacou que muitas melhorias
330 ambientais existentes resultaram da ação direta dos moradores e questionou quando projetos
331 e políticas públicas passariam a contemplar de forma concreta essas comunidades. Dando
332 continuidade aos debates, a Sra. Sandra manifestou concordância quanto à relevância do
333 projeto apresentado, destacando, contudo, a necessidade de esclarecimentos sobre os
334 mecanismos de escuta e participação da população diretamente impactada. Questionou de
335 que forma a sociedade civil local seria envolvida no processo, sugerindo, inclusive, a
336 participação de conselheiros e representantes que residem na região abrangida pelo projeto,
337 especialmente pessoas com deficiência que vivenciam cotidianamente as dificuldades de
338 acessibilidade. Ressaltou que a acessibilidade não se restringe ao acesso a equipamentos de
339 saúde, mas envolve também o deslocamento para estudo, trabalho, uso do transporte público,
340 travessias seguras e condições adequadas das calçadas. Defendeu que a participação das
341 pessoas com deficiência seja efetiva e estruturada, reiterando o princípio “nada sobre nós sem
342 nós”, enfatizando que somente quem vivencia as barreiras urbanas é capaz de apontar
343 soluções adequadas. Em resposta, o Sr. Fernando Henrique Gasperini esclareceu que a
344 apresentação do projeto ao CMPU, em fase inicial, teve como objetivo ampliar a divulgação e
345 permitir que o debate fosse desde logo socializado em instâncias participativas. Informou que
346 há a intenção de comunicação também junto ao Conselho Participativo Municipal da
347 Subprefeitura de Sapopemba, bem como de ampliar a divulgação para outros conselhos
348 setoriais. Destacou que o projeto se encontra em fase de diagnóstico técnico, já contemplando
349 elementos ambientais e territoriais, e que, uma vez concluído, o diagnóstico será publicizado,
350 abrindo-se espaço para comentários e contribuições da sociedade. Reiterou que haverá
351 processo participativo na região, com escuta direta dos moradores e usuários dos espaços
352 públicos. Esclareceu ainda que se trata de um projeto piloto, de escopo delimitado, que se
353 soma a outras políticas públicas em curso, com potencial de replicação em outras áreas da
354 cidade. Na sequência, a Sra. Talita, pela Secretaria Executiva, comentou que as observações
355 relativas à necessidade de um plano de trabalho do CMPU dialogam com as sugestões de
356 pautas apresentadas no início da reunião. Indicou que o tema poderá ser aprofundado durante
357 a atividade de integração e formação prevista para o dia 23, bem como em reuniões futuras do
358 colegiado. Foi então concedida a palavra à Sra. Ana Paula Lima, representante do Conselho
359 Participativo Municipal – Macrorregião Oeste, que manifestou preocupação recorrente quanto
360 à percepção de que projetos são formulados sem escuta prévia da população local. Apontou
361 que a escolha das áreas de intervenção, quando baseada em planos regionais elaborados em
362 2016, desconsidera as transformações recentes da cidade. Defendeu a necessidade de
363 apresentação, ao CMPU, do estado atual dos planos regionais e dos planos de ação das
364 subprefeituras, incluindo o que foi ou não executado, de modo a subsidiar a análise de novos
365 projetos. Sugeriu que o processo de revisão da Lei de Zoneamento poderia ter sido uma
366 oportunidade para atualização desses instrumentos, com maior transparência e participação
367 social. Ressaltou que consensos legítimos somente são alcançados quando há escuta ampla e
368 efetiva da população, e não por meio da imposição de instrumentos defasados. Na sequência,
369 o Sr. José André manifestou preocupação com a baixa visibilidade pública das discussões do
370 CMPU, observando que o debate frequentemente se restringe aos próprios conselheiros, o

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

371 que compromete a credibilidade e a relevância do conselho. Apontou a recorrência de
372 projetos apresentados sem estudos técnicos básicos, como relatórios ambientais, perímetros
373 claramente definidos, estimativas orçamentárias e análises viárias. Mencionou problemas
374 específicos da Avenida Sapopemba, como retornos no canteiro central, tempos semafóricos
375 inadequados, ausência de passarelas e dificuldades para pedestres, idosos, crianças e pessoas
376 com deficiência. Questionou a inexistência de cronograma claro, etapas definidas e calendário
377 de consultas públicas, bem como a necessidade de ouvir efetivamente as comunidades
378 diretamente impactadas. Criticou a linguagem excessivamente técnica utilizada em processos
379 participativos e a baixa adesão popular às audiências públicas, defendendo maior clareza,
380 divulgação e materiais explicativos acessíveis. Encerrou ressaltando a importância de
381 fortalecimento da gestão democrática e da participação social real. Em seguida, a Sra. Maria
382 Laura Fogaça Zei manifestou forte indignação quanto ao processo apresentado, destacando
383 que as diretrizes do projeto coincidem com demandas históricas defendidas durante os
384 debates do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento, mas que não foram efetivamente
385 incorporadas de forma participativa nesses processos. Questionou a escolha da área de
386 Sapopemba, os critérios adotados e a ausência de escuta prévia da população local. Criticou a
387 realização de audiências públicas em prazos exíguos e com baixa divulgação, apontando que o
388 CMPU, em determinadas situações, é utilizado apenas para legitimar formalmente decisões já
389 tomadas. Ressaltou que projetos como parques lineares e planos de bairro deveriam ser
390 discutidos de forma estruturada e territorializada em toda a cidade, e não de forma pontual.
391 Destacou ainda questões estruturais da cidade, como a precariedade da infraestrutura elétrica
392 e a recorrência de apagões, reforçando a necessidade de um planejamento urbano integrado,
393 participativo e equitativo. Na sequência, a Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacrete manifestou
394 concordância com as falas anteriores, lamentando o desperdício do potencial técnico e
395 intelectual dos conselheiros. Criticou o modelo excessivamente centralizado de gestão da
396 cidade de São Paulo, ressaltando que subprefeituras possuem dimensões populacionais
397 equivalentes a cidades médias e deveriam ter maior autonomia e protagonismo no
398 planejamento urbano. Reiterou sua defesa da descentralização administrativa e da adoção de
399 planos de bairro como instrumento estruturante da política urbana. Em resposta, o Sr.
400 Fernando Henrique Gasperini observou que as manifestações extrapolaram o escopo
401 específico do projeto apresentado, abordando questões estruturais do sistema de
402 planejamento urbano da cidade. Destacou que o Plano Diretor prevê um sistema articulado de
403 planejamento, envolvendo plano diretor, planos regionais, planos de ação das subprefeituras,
404 planos de bairro, programa de metas e planejamento orçamentário. Ressaltou que esse
405 sistema demanda implementação contínua, aprimoramento e participação social em todas as
406 escalas. Esclareceu que a apresentação realizada não significa ausência de planejamento, mas
407 sim uma comunicação inicial de um projeto em desenvolvimento, cujos estudos técnicos,
408 ambientais, viários e financeiros serão apresentados à medida que avancem. Quanto à escolha
409 de Sapopemba, esclareceu que a cidade possui cerca de 300 perímetros de ação nos planos
410 regionais e que a área foi selecionada com base em critérios técnicos de vulnerabilidade e
411 centralidade periférica, não representando prioridade absoluta em detrimento de outras
412 regiões. Reiterou que a escolha se deu para viabilizar o desenvolvimento de um projeto piloto

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

413 em parceria com a rede C40, com potencial de replicação futura. Encerrado esse bloco de
414 manifestações, a Sra. Talita informou o prosseguimento da pauta, passando a palavra à Sra.
415 Fernanda Ormelezi Pitombo, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL,
416 para apresentação do projeto Ruas Abertas – Liberdade. Na sequência, manifestou-se a Sra.
417 Sandra, esclarecendo que o projeto Ruas Abertas – Liberdade já havia sido previamente
418 discutido no âmbito do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito – CMTT, por se tratar de
419 uma iniciativa diretamente relacionada à mobilidade urbana. Destacou que o programa
420 interfere de forma direta na dinâmica do trânsito, no transporte coletivo, na circulação de
421 pedestres, ciclistas e na acessibilidade, razão pela qual contou, naquele colegiado, com a
422 participação de representantes da SPTrans para discussão de alterações de rotas e demais
423 impactos operacionais. A conselheira relatou que, no CMTT, entendeu-se como pertinente a
424 implantação do projeto na região da Liberdade, a exemplo do que ocorre na Avenida Paulista,
425 como forma de ampliar espaços de convivência e apropriação da cidade pela população.
426 Observou, entretanto, que causa estranhamento a reapresentação do projeto no CMPU após
427 sua consolidação, ponderando que, neste colegiado, o tema poderia ter caráter
428 predominantemente informativo. Ressaltou, contudo, que, embora o projeto tenha como eixo
429 central a mobilidade, é fundamental que sejam consideradas outras dimensões do espaço
430 urbano, como arborização, qualificação ambiental, permanência e uso do espaço público.
431 Destacou ainda a relevância da acessibilidade, especialmente em razão das condições
432 precárias das calçadas na região da Liberdade, que dificultam o deslocamento de pessoas com
433 deficiência, em contraste com a infraestrutura existente na Avenida Paulista. Por fim, informou
434 que pretende visitar a área durante a operação do programa Ruas Abertas para avaliar, de
435 forma direta, as condições de circulação, acessibilidade ao comércio e utilização do espaço
436 viário pelos pedestres, encerrando sua manifestação. Na sequência, a Sra. Ana Luiza Dalcín
437 Aragão (CPC-UMES) manifestou-se, relatando surpresa positiva com as propostas
438 apresentadas, especialmente aquelas relacionadas a cidade inteligente, bairros verdes e
439 planejamento urbano. Informou que, em sua região, existe um projeto de grande abrangência
440 territorial, envolvendo os bairros do Butantã, Morumbi e Caxingui, com propostas de
441 ampliação de escola municipal, qualificação de posto de saúde e ações integradas de
442 planejamento de bairro. Questionou, de forma objetiva, a quem deveria recorrer na Prefeitura
443 para apresentar formalmente o referido projeto e como viabilizar seu encaminhamento junto
444 à SMUL. Em resposta, a Sra. Fernanda Ormelezi Pitombo (SMUL) esclareceu inicialmente que a
445 referência a “cidades inteligentes” decorreu do contexto do hackathon promovido pela
446 Adesampa, que atuou como elemento impulsionador das discussões urbanas no território da
447 Liberdade, não sendo essa a nomenclatura oficial do projeto Ruas Abertas. Reforçou que a
448 iniciativa possui duas fases distintas: a Fase 1, vinculada à mobilidade e à operação do
449 programa Ruas Abertas, e a Fase 2, sob responsabilidade direta da SMUL, com foco em
450 desenho urbano, qualificação do espaço público, arborização viária, implantação de jardins de
451 chuva e melhorias ambientais. Esclareceu ainda que os estudos de tráfego e operação foram
452 realizados em conjunto com a CET, que acompanha a fase de testes da operação, enquanto a
453 Subprefeitura da Sé é responsável pela fiscalização e apoio operacional, incluindo segurança
454 viária e ordenamento do espaço. Informou que eventos culturais podem ocorrer conforme

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

455 previsto no decreto do programa Ruas Abertas, mediante aprovação da comissão responsável,
456 destacando que o caráter do bairro da Liberdade difere de outras áreas como a Avenida
457 Paulista, em razão de sua escala e predominância comercial. Quanto à proposta apresentada
458 pela conselheira Ana Luiza Aragão, a Presidente Maria José manifestou entendimento
459 favorável ao encaminhamento do projeto à SMUL, destacando que a Secretaria dispõe de um
460 portfólio de iniciativas voltadas a projetos de bairro, conduzidas tanto pela equipe de projetos
461 especiais quanto pela área de planejamento urbano (PLANURB). Informou que será verificada
462 internamente a área mais adequada para receber a proposta e que o projeto será bem-vindo
463 para análise técnica. A conselheira Ana Luiza complementou sua fala informando que o projeto
464 inclui ampla proposta de arborização urbana, com disponibilidade inclusive de fornecimento
465 de mudas arbóreas de grande porte e apoio ao plantio em calçadas. Comprometeu-se a
466 encaminhar o material à SMUL para avaliação. A Presidente solicitou que a conselheira
467 compartilhasse seus contatos no chat da reunião, a fim de viabilizar o encaminhamento célere
468 da proposta. Por fim, a Secretária Executiva Talita agradeceu as contribuições, reforçou o
469 convite para a formação dos conselheiros no dia 23, informou que os e-mails com links de
470 inscrição e demais encaminhamentos seriam reenviados, e passou a palavra à Presidência para
471 o encerramento. A Presidente Maria José agradeceu a participação de todos, reiterou a
472 importância da presença dos conselheiros na formação programada e declarou encerrada a
473 reunião, desejando boa tarde e bom final de semana aos presentes, a reunião foi encerrada
474 às 17h43min.

475

PRESIDÊNCIA

MARIA JOSÉ GULLO

PRESIDENTE

APOIO

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU

TALITA CAVALARI VEIGA

SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

ROSANE CRISTINA GOMES

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)

FERNANDO HENRIQUE GASPERINI

TITULAR

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - SGM

ARMANDO LUIS PALMIERI

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB

RODE FELIPE BEZERRA

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES – SMT

MICHELE PEREA CAVINATO

TITULAR

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO –
SMDET**

ARMANDO DE ALMEIDA PINTO JUNIOR

SUPLENTE

**SOCIEDADE CIVIL
CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL**

MACRORREGIÃO NORTE 2

FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES

SUPLENTE

MACRORREGIÃO LESTE 2

JOSÉ ZILDO DE ALMEIDA SILVA

TITULAR

MACRORREGIÃO SUL 1

DURVAL TABACH

TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA 1

BENEDITO ROBERTO BARBOSA (UMM)

SUPLENTE

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 1

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA (SAPP)

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 2

RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO (ASSAMPALBA)

TITULAR

MARIA LAURA FOGAÇA ZEI (ASSAMPALBA)

SUPLENTE

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 3

VERÔNICA KROLL (AAHJB)

SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 4

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

JOSÉ ANDRÉ DE ARAUJO (UMPMA)

TITULAR

ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO

ANGÉLICA APARECIDA TANUS BENATTI ALVIM (MACK)

TITULAR

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS 1

ELOISE TORRES AMADO (CBCS)

TITULAR

MOVIMENTOS CULTURAIS

ANA LUIZA DALCIN ARAGÃO (CPC-UMES)

SUPLENTE

ENTIDADES RELIGIOSAS

SANDRA RAMALHOSO (MITRA)

TITULAR